



**Universidade Federal Fluminense. Campus do Gragoatá, Niterói – RJ**  
**Colóquio Internacional: Marx e o Marxismo 2025**  
**O capitalismo do fim do mundo**  
**A era da policrise**  
**de 25 a 29 de agosto de 2025**

**EDUCAÇÃO E EXPANSÃO DO CAPITAL: a educação como mercadoria em Marx**

**LA EDUCACIÓN Y LA EXPANSIÓN DEL CAPITAL: la educación como mercancía en Marx**

**EDUCATION AND THE EXPANSION OF CAPITAL: education as a commodity in Marx**

João Roberto Resende Ferreira<sup>1</sup>

Qualquer um sabe, mesmo que não saiba mais nada além disso, que as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as diversas formas naturais que apresentam seus valores de uso. Tal forma de valor em comum é a forma-dinheiro. (MARX, 2017, P. 125).

**Resumo:**

O estudo apresenta resultados de uma pesquisa em andamento, no Programa de Mestrado da Universidade Estadual de Goiás (UEG), com sede em Anápolis-GO. O problema central foi compreender a educação como mercadoria na perspectiva de Marx. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com a premissa inicial de entender o conceito de mercadoria em Marx, a partir do estudo do livro 1, capítulo I de *O Capital*. O objetivo era compreender a mercadoria para relacioná-la a educação também como mercadoria. Embora Marx não descreva sobre a educação no capítulo mencionado, a

---

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia (1993), mestrado em Educação Escolar Brasileira (2001) e doutorado em Educação (2011) pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professor Adjunto e pesquisador da Universidade Estadual de Goiás (UEG), atuando no Curso de Pedagogia, no Programa Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPGIELT) e no Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (PPEC), ambos na UEG.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2240778833120256>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6160-6944> ; E-mail: [joao.ferreira@ueg.br](mailto:joao.ferreira@ueg.br) .

tentativa era de capturar em seus escritos possíveis determinações que pudessem ser relacionadas a ela. Não que isso seja impossível, mas acredito que os estudos e as descobertas científicas se fazem assim. Como caminho teórico para a investigação científica, após o preparo para pesquisar sobre o objeto educação e mercadoria, desenvolveu-se a busca por detalhes, as diferentes formas de seu desenvolvimento, o rastreamento de seus nexos internos para sim, depois disso, investigar o movimento real. Segundo o próprio Marx, isso tem de ser realizado com sucesso para a vida da matéria, o objeto, pode ser agora refletido idealmente. Nas considerações finais, sublinho o desafio dos defensores da educação pública a lutarem pelo direito à educação, não como mercadoria, mas sim, ocupar de um estudo teórico mais robusto do materialismo histórico, como forma de compreensão da relação teoria e prática visando a transformação da vida social e com isso também da educação.

Palavras-chave: Educação. Mercadoria. Reforma educacional. Escola Pública. Ensino.

Resumen:

El estudio presenta los resultados de una investigación en curso en el programa de maestría de la Universidad Estatal de Goiás (UEG), con sede en Anápolis-GO. El problema central fue entender la educación como mercancía desde la perspectiva de Marx. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica con la premisa inicial de comprender el concepto de mercancía en Marx, a partir del estudio del libro 1, capítulo I de El Capital. El objetivo era comprender la mercancía para relacionarla con la educación como mercancía. Aunque Marx no describe la educación en dicho capítulo, se intentó captar en sus escritos posibles determinaciones que pudieran relacionarse con ella. No es que esto sea imposible, pero creo que los estudios y descubrimientos científicos se hacen de esta manera. Como camino teórico para la investigación científica, después de disponerse a investigar el objeto de la educación y la mercancía, se desarrolló la búsqueda de los detalles, las diferentes formas de su desarrollo, el rastreo de sus nexos internos para luego investigar el movimiento real. Según el propio Marx, esto tiene que hacerse con éxito si ahora se quiere reflejar idealmente la vida de la materia, del objeto. En mis observaciones finales, me gustaría hacer hincapié en el desafío que supone para los defensores de la educación pública luchar por el derecho a la educación, no como una mercancía, sino comprometerse en un estudio teórico más sólido del materialismo histórico como forma de comprender la relación entre teoría y práctica con vistas a transformar la vida social y, con ello, la educación.

Palabras clave: Educación. Mercancía. Reforma educativa. Escuela pública. Enseñanza.

Abstract:

This study presents the results of ongoing research in the Master's Program at the State University of Goiás (UEG), based in Anápolis-GO. The central problem was to understand education as a commodity from Marx's perspective. The methodology used was bibliographical research with the initial premise of understanding the concept of merchandise in Marx, based on the study of book 1, chapter I of Capital. The aim was to understand the commodity in order to relate it to education as a commodity. Although Marx does not describe education in the chapter mentioned, the attempt was to capture in his writings possible determinations that could be related to it. Not that this is impossible,

but I believe that scientific studies and discoveries are made in this way. As a theoretical path for scientific investigation, after preparing to research the object of education and merchandise, the search for details, the different forms of its development, the tracing of its internal nexuses was developed in order to then investigate the real movement. According to Marx himself, this must be done successfully if the life of the matter, the object, is now to be reflected ideally. In my final remarks, I would like to highlight the challenge for public education defenders to fight for the right to education, not as a commodity, but rather to engage in a more robust theoretical study of historical materialism, as a way of understanding the relationship between theory and practice with a view to transforming social life and, with this, education.

Keywords: Education. Commodity. Educational reform. Public schools. Teaching.

## **Apresentação**

Nos últimos quarenta anos o capital tem se ampliado em todo o globo terrestre, e suas manobras para transformar todos os serviços sociais em mercadoria tem sido uma constante, na área de saúde, aposentadoria e na educação. Várias reformas educacionais no Brasil e no mundo, têm essa lógica do capital como referência. Em São Paulo, por exemplo, pode ser destacado o projeto de lei, PL 573/2021, que pretende implementar o sistema de gestão compartilhada em escolas de ensino fundamental e médio com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. O modelo seria parecido ao das escolas "charter" nos Estados Unidos, mas aqui seria aplicado em instituições públicas auxiliadas com a expertise de escolas particulares de alto desempenho.

Frente a esse contexto de privatização é que surgiu a necessidade de primeiro, entender o conceito de mercadoria e mais valor no Capítulo 1 de o Capital de Karl Marx, para desenvolver um arcabouço teórico, a partir deste capítulo, buscando esclarecer como a educação, pode ser entendida nas relações sociais, influenciadas pela lógica capitalista de produção e troca de mercadorias. Assim, este texto traz na sua primeira parte um estudo sobre a mercadoria, valor de troca, valor de uso e teoria de valor. No segundo tópico, discute como a educação, pode ser transformada em mercadoria sob o modo de produção capitalista. Isso envolve entender como a lógica de mercado penetra em áreas anteriormente não mercantilizadas e como isso afeta as relações sociais e a vida cotidiana dos trabalhadores. Nas considerações finais, busca entender as diferentes formas de resistência e luta contra a mercantilização das relações sociais, considerando uma luta coletiva, bem como a necessidade de um aprofundamento teórico robusto para fortalecer as formas de resistência que procuram contestar a lógica capitalista e promover alternativas baseadas na solidariedade, igualdade e justiça social. Expostos as intenções,

acreditamos que o melhor espaço do evento para ser debatido essa temática encontra-se no Eixo temático 9: Educação, guerras culturais e “negacionismo científico”

## **O caminho da mercadoria**

Os estudos nos levaram a entender que Marx inicia no capítulo um, de O Capital, tendo como questão central a análise da mercadoria. Para ele, a sociedade capitalista aparece como produtora de mercadorias, ou seja, essa é a categoria mais simples e elementar do modo de produção capitalista.

A mercadoria é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades - se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação - não altera em nada a questão”. (MARX, 2017, p. 113).

A mercadoria é uma forma elementar de riqueza. É um produto do trabalho humano destinado à troca. “A diversidade das medidas das mercadorias resulta e parte, da natureza diversa dos objetos a serem medidos e, em parte, da convenção”. (MARX, 2017, p. 114).

Para ser uma mercadoria é necessário que a coisa em si, possua dois valores: o de uso e o de troca. O valor de uso está determinado pelas propriedades do corpo da mercadoria, seja o ferro, o trigo ou o diamante é um valor de uso ou um bem. O pressuposto do valor de uso, ou seja, a sua determinação será sempre quantitativa, como uma dúzia de relógios, uma tonelada de ferro etc. No entanto, o valor de uso das mercadorias pode ser de diferentes qualidades. “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material [*stoffische träger*] do valor de troca”. (MARX, 2017, p. 114).

O valor de troca é estabelecido entre uma coisa e outra. Por isso seu pressuposto é situado na relação de quantidade de um produto e quantidade de outro. “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo.”. (MARX, 2017, p. 114). Neste sentido, a troca de uma mercadoria por outra pode assumir diversas proporções.

Como valor de troca, as mercadorias podem ser de quantidades diferentes. Entretanto o que vai estabelecer a relação entre elas para que a troca seja efetuada, terá de ser que elas sejam permutáveis entre si, ou seja, possuam valor de troca da mesma

grandeza. Assim, para que uma operação de troca de uma mercadoria ocorra, é necessário que haja algo em comum entre elas. Mas esse algo em comum, não pode ser apenas as propriedades físicas, químicas e geométricas que cada uma possui. As propriedades naturais das mercadorias importam apenas na medida em que lhes conferem utilidades em seu valor de uso. O que importa mesmo na relação de troca das mercadorias são que ambas devam possuir valores de troca da mesma grandeza, ou seja equivalentes. Mas qual é esse valor que tornam as mercadorias equivalentes?

Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos de seu valor de uso, abstraímos também dos seus componentes [*Bestandeteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. É também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (MARX, 2017, p. 116).

A mercadoria é o resultado de dispêndio de força de trabalho humano. Em toda sua produção está implícito força de trabalho humano acumulada. Entretanto, nas relações capitalista esse trabalho, não está objetivado de forma consciente pelo trabalhador, mas ele é também uma mercadoria, que o trabalhador troca por um salário. Neste sentido, em toda relação de troca de mercadorias, o valor de troca aparece como se fosse independentemente do valor de uso, porém o elemento comum dessa relação é valor, ou seja, a teoria do valor.

Assim, um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc. (MARX, 2017, p. 116. Grifos no original.).

Assim, numa mercadoria está contida uma quantidade média de trabalho humano para sua produção. Embora a sua produção se dê em locais diferentes, com diferentes equipamentos e tecnologias, as mercadorias possuem uma única força de trabalho, ou seja, o humano. Então a mercadoria, necessita de um tempo médio de trabalho socialmente necessário para produção de seu valor de uso. Esse tempo pode sofrer alterações devido as condições de trabalho de cada tempo histórico. Na modernidade, com o advento do desenvolvimento científico e a grande indústria, o tempo necessário de produção mudou significativamente. Hoje, com as novas tecnologias e a

robótica, o tempo de trabalho mudou mais ainda. Isso será uma constante se levarmos em consideração essas transformações.

Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas a metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior. (MARX, 2017, p. 117).

Concebemos essas transformações como um processo histórico e social da mercadoria que, considerando somente o período de trezentos anos da modernidade, foi observado pelo autor em tela, na manufatura até o desenvolvimento da indústria ou grande indústria. A manufatura pouco diferenciou da oficina do grande mestre medieval, mas sua principal mudança estava em que, agora, um número maior de trabalhadores, sob o comando de um único capitalista produziam uma quantidade maior de mercadorias em um tempo muito menor. Frente a isso, destaca-se que o valor de uso da mercadoria é determinado pela quantidade e o tempo socialmente necessário na sua produção.

O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. “como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”. (MARX, 2017, p. 117. Grifos no original.).

Frente ao exposto acima, podemos inferir que o valor de uma mercadoria permanece o mesmo se não alterarmos o tempo de trabalho empregado na sua produção. Porém não é bem assim, a grandeza de valor de uma mercadoria muda de acordo com as modificações que ocorre na força produtiva do trabalho como vista a seguir.

Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias dentre outras, pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 2017, p. 118).

Assim, o valor de uma mercadoria está relacionado a quantidade de trabalho empregado em sua produção, levando em consideração as condições de trabalho humano e as forças produtivas que, englobam o uso de ciência e tecnologia aplicado e as condições dadas pela própria natureza. Quanto maior a quantidade da matéria prima encontrada na natureza, mais baixo será o valor da mercadoria produzida a partir dela. E quanto maior as transformações das forças produtivas, menor será o tempo de trabalho humano empregado na sua produção. Por exemplo, o valor de uma mercadoria produzida em alumínio em relação a uma peça ornamentada com diamante.

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizado menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho para produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho. (MARX, 2017, p. 118)

Assim, podemos entender que uma mercadoria possui uma contradição. O produto ou objeto deve conter dois valores, o de uso e de troca. Esses valores são mediados pela relação de trabalho humano empregado em sua produção no sentido de atender uma necessidade humana. Porém, um objeto pode ter valor de uso sem ser um valor de troca. Por exemplo, o cultivo de uma rosa para enfeitar meu jardim que, apesar de exigir trabalho humano em seu cultivo, caracteriza-se como valor de uso, mas não de uma mercadoria para troca. Ou o ar que possui sua utilidade para o ser humano, mas não está mediado pelo trabalho.

Para se tornar mercadoria, é preciso que, por meio da troca, o produto seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta trabalho e não cria, por isso, nenhum valor. (MARX, 2017, p. 119)

Porém o trabalho não é só para produzir mercadorias. No caso do modo de produção capitalista, ele se tornou sim, uma mercadoria, pois no interior da indústria, ele é sistematicamente dividido. Entretanto essa divisão não significa que os trabalhadores troquem entre si os produtos de forma individuais. Pois, no caso da indústria capitalista: “Apenas produtos de trabalho privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias”. (Marx, 2017, p. 120). Ou seja, na sociedade produtora de mercadoria, existe uma diferença quantitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros, como “negócio privado”, desenvolvendo um sistema complexo de divisão social do trabalho.

Entretanto, a humanidade sempre teve que suprir suas necessidades naturais, como se proteger do frio, morar, alimentar-se e várias outras. Isso obrigou o homem a produzir seus utensílios por milênios, desde muito antes da grande indústria para fabricar cada elemento dessas necessidades não fornecido pela natureza. Porém, esse processo foi realizado pelo trabalho. Marx denomina esse trabalho como concreto, ou seja, são as atividades produtivas vitais dos homens, mediada pelo trabalho humano, direcionada para adaptação da natureza as necessidades específicas. Assim, podemos compreender o trabalho como um ato educativo, uma condição ontológica para a sobrevivência e transformação da realidade natural em prol das necessidades específicas.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural da mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. ((MARX, 2017, p. 120)

Assim, o que nos aferi Marx, é que o objeto, a mercadoria produzida historicamente, é resultado de dois elementos fundamentais, que são os elementos da natureza e a ação do trabalho humano. Sem a intervenção humana, a natureza não se transforma, a não ser apenas pelas alterações de sua própria ação, como ventos, chuvas e furacões dentre outros. Portanto, o trabalho não é a única fonte de riqueza na produção de valores das mercadorias, e sim, a relação entre homem e natureza, mediado pelo trabalho.

Com o advento do capitalismo, a burguesia tornou-se classe dominante, e apropriou dos meios de produção dos camponeses e mestres de ofícios da Idade Média, e transformou o próprio trabalho em mercadoria que pode ser trocado pelo salário. Em contradição a essa organização societal do capital, está a classe trabalhadora, que possui sua força de trabalho, como única mercadoria para negociar no mercado. Essa organização estabeleceu as regras sociais e passou a balizar toda relação de compra e venda da força de trabalho. Assim, a necessidade de formação técnica ficou determinante nesse processo, o que também interfere na educação, como veremos abaixo.

Para concluir esse primeiro tópico, o importante é frisar que uma mercadoria tem valor de troca e de uso, e que os fabricantes de mercadorias vão ao mercado para trocar um produto, que contém, além do próprio valor de uso e valor de troca e sirva como meio de produção ou de satisfação de necessidades humanas.

## **A Educação na ofensiva mercadológica do capital**

A educação nasce com a humanidade desde os seus primórdios. Porém não existe somente uma forma de educação, mas sim, várias, quantos forem os povos e as diferentes regiões do planeta. Sua função principal é elevar o espírito do homem afastando-o de seu estado de natureza para torná-lo humano. Isso implica que é necessário estabelecer metas e objetivos para serem seguidos por todo povo de uma nação. Ou seja, a educação é um problema nacional.

Assim, partindo dos fundamentos sociológicos de Marx, consideramos a educação como um processo sócio-histórico. Trata-se de um fenômeno social em que o

homem necessita de apropriar dos elementos da natureza para transformá-la em benefícios de suas necessidades. Isso implica que essa transformação da natureza é realizada pelo trabalho. Esse, por sua vez, exige um processo de experiências o que o transforma em um rico campo de aprendizagem. Por isso entendemos que esse é um ato educativo, ou seja, um processo social que deve ser transmitido para as futuras gerações em prol da continuidade da espécie humana. E é histórico porque, em todos os tempos e lugares diferentes foi necessária uma educação também diferente. Por exemplo, nas comunidades primitivas, nas sociedades escravista, a educação religiosa na Idade Média, e o renascimento da razão na idade moderna. Entretanto, em qualquer tempo histórico, é importante lembrar de um fundamento central no processo educacional da humanidade.

Ora, a educação é inerente à sociedade humana, originando-se do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação. A humanidade se constitui a partir do momento em que determinada espécie natural de seres vivos se destacou da natureza, em seu lugar de sobreviver adaptando-se a ela necessitou, para continuar existindo, adaptando a natureza a si. (SAVIANI, 2001, p. 1).

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 2007, p. 33)

Acontece que na sociedade moderna, a burguesia apropria dos meios de produção, converteu os instrumentos de trabalho dos artesões medievais, os mestres de ofícios, e transformou-se historicamente na classe dominante. Porém, em qualquer relação capitalista, não interessa se for na indústria, saúde, e no caso específico desse artigo, a educação, dinheiro e mercadoria precisam ser transformados em capital. Isso se dá, quando em determinadas circunstâncias que contribuem para essa finalidade, como de um lado, aquele produtor de mercadoria com valor de troca, e de outro, aquele consumidor, com valor de uso para suprir suas necessidades.

A mercadoria que funciona como medida de valor e, desse modo, também como meio de circulação, seja em seu próprio corpo ou por meio de um representante, é o dinheiro. O ouro (ou prata) é, portanto, dinheiro. Ele funciona como dinheiro, por um lado, quando tem de aparecer em sua própria corporeidade dourada (ou prateada), isto é, como mercadoria-dinheiro, nem de modo meramente ideal, como em sua função de meio de circulação; por outro lado, quando em virtude de sua função, seja ela realizada em sua

própria pessoa, seja por meio de um representante, ele se fixa exclusivamente na figura de valor, a única forma adequada de existência do valor de troca, em oposição as outras mercadorias como meros valores de uso. (MARX, 2017, P. 203). Assim, no modo de produção capitalista, o dinheiro constitui a centralidade de nossa existência.

*O dinheiro, na medida em que possui o atributo de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto o objeto enquanto posseção eminente. A universalidade de seu atributo é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente. ...O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que medeia a minha vida para mim, medeia-me também a existência de outro homem para mim. (MARX, 2004, p. 157. Grifos no original.)*

O que podemos aferir da citação acima, é que o dinheiro não é só uma mercadoria universal, mas também, como oriundo externo ao homem, transforma as forças essenciais do ser humano, em prua representação. Elas são os resíduos do produto de trabalho restando apenas sua objetividade fantasmagórica. A força de trabalho humana, necessária para sua produção, tem de ser desconsiderada, e passam a ser considerada apenas como valores incluso nas mercadorias.

Passamos agora o nosso entendimento sobre a transformação da educação em mercadoria para garantir a expansão do capitalismo. No capital existe uma grande produção de mercadorias para serem trocadas nos mercados. No caso da educação a forma mais visível desse processo são as escolas particulares. Nelas, as relações sociais são desenvolvidas por meio de troca. Seja, dos trabalhos de seus professores, bem como dos conteúdos pagos pelos alunos da instituição, ou os certificados que oferecem.

Segundo Oliveira (2009), a globalização da economia, tem proporcionado uma crescente centralidade da educação na discussão acerca de seu desenvolvimento na preparação para o trabalho, decorrente das mudanças ocorridas na base técnica do processo produtivo, em razão do uso de novas tecnologias nas novas estruturas produtivas. Assim, ainda segundo o autor, esse movimento no campo educacional pode ser observado, em dimensões como a implementação de reformas educativas muito similares entre si na grande maioria dos países do mundo e pela transformação da educação em objeto do interesse do grande capital, causando uma crescente comercialização do setor.

Nesta última dimensão, tem se dedicado bastante atenção ao debate em curso na Organização Mundial do Comércio/Acordo Geral de Tarifas e Comércio (OMC/GATT), acerca da conceituação da educação como um bem de serviço. A aprovação de tais acordos faria com que a educação passasse a ser regida

pelas normas que se aplicam à comercialização de serviços em geral. (OLIVEIRA, 2009, p. 740).

Esse processo tem ampliado a mercantilização na área educacional, com interesse de instituições lucrativas atuando cada vez mais em países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil, transformando a educação em uma mercadoria. Como já vimos acima:

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos-mercadorias, como ferro, linho, trigo, etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor". (MARX, 2017, P. 124)

Pensando no campo educacional, este aparece como mercadoria na medida em que seja útil, para a formação técnica de maior número de trabalhadores, necessários para o fornecimento de uma determinada quantidade de trabalho no próprio processo de produção, hoje considerado em sua nova forma produtiva denominado de capitalismo de plataforma.

Por trás do caso Uber, surge um novo modelo econômico de forma mais ampla, no qual as empresas assumem a forma de plataformas digitais e desempenham o papel de intermediárias entre clientes e prestadores de serviços, entre quem busca e quem oferece trabalho. E por trás desse modelo econômico, considerado inovador, há uma particularidade fundamental que caracteriza esse novo tipo de transação econômica: quem oferece trabalho em plataformas digitais às vezes, ou mesmo muitas vezes, é pessoa física, ou seja, não é empregado, nem necessariamente profissional. Eles são os donos das ferramentas de trabalho, ou da força de trabalho, que na maioria das vezes vendem como independentes, seja diretamente aos consumidores ou a um intermediário. (ABDELNOUR E BERNARD, 2018, p. 2)

Notemos aí acima, que um novo modelo econômico tem se desenvolvido, porém dentro do modo de produção capitalista que continua o mesmo. Essas transformações podem ser observadas nas últimas décadas, por consequências da aplicação de novas formas de gestão e novas tecnologias, como o caso da automação pelo uso do algoritmo provocando enormes debates no campo econômico e político sobre quais desafios isso se impõe sobre a vida e a organização da classe trabalhadora.

Estamos em um momento de superposição da informação sobre o conhecimento. E nesse modelo de gestão, prevalece a mentalidade de uma necessidade de formação técnica que deve impregnar toda a educação, seja a fundamental até universitária, em reduzir toda a perspectiva da subjetividade humana, em detrimento de uma formação técnica e utilitarista. Pois o que interessa ao capitalismo é o máximo de força de trabalho que possa ser explorada no movimento do maior esforço diário do trabalhador, não

importando com as condições de trabalho, ou as condições físicas de descanso do trabalhador.

Assim, a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valor, sucção de mais trabalho, produz, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida. (MARX, 2017, p.338).

O que podemos aferir desse escopo teórico de Marx aqui citado, é um valioso subsídio que nos possibilita entendermos as contradições que permeia o existir histórico da humanidade atualmente. Por um lado, os burgueses, donos dos meios de produção, que investem numa proposta de cada vez mais de prolongar e controlar a jornada de trabalho, como é o caso das plataformas, criando um caminho equivocado e cruza com as trilhas da barbárie. Por outro, a concepção teórica de Marx, é fundamental para na perspectiva da classe trabalhadora, explicitar nossa subjetividade como ferramenta para intervir na realidade social com ricas sugestões de aplicabilidade na constituição de uma nova sociedade e de uma educação emancipadora.

As concepções teóricas de Marx, são atualíssimas, para que possamos entender que a humanidade não tem outra opção, a não ser instaurar a razão de ser de sua existência histórica. E isso implica o enfrentamento dos obstáculos impostos na atualidade concreta. Como todo processo educativo, a privatização da educação, como tem assumido no Brasil, a partir de 2007, não pode ser o caminho viável.

A privatização da educação no Brasil assumiu novas configurações, a partir de 2007, com a abertura do capital de grandes empresas do setor educacional no mercado de ações, fenômeno que foi caracterizado como “financeirização da educação” [...]. Esse processo resultou no crescimento acelerado do setor privado-mercantil, inicialmente no ensino superior, e vem se expandindo nos últimos anos para a educação básica. (CHAVES, CAMARCO e SOUZA, 2023, p. 2).

Para os autores, essas mudanças tem sido implementadas em um cenário mundial de interligação dos mercados financeiros, por meio dos fundos de investimento e da criação das grandes redes educacionais, criando estratégias de acumulação de capital desde a década de 1980, e que agora, se expandiu para o setor de ensino.

O grupo educacional, atualmente denominado Cogna Educação S.A., iniciou seu percurso no ano de 1966, em Belo Horizonte, com a criação do curso pré-vestibular de uma empresa chamada Pitágoras. Em 2007, lançou sua Oferta Pública Inicial (IPO) na Bolsa de Valores, ocasionando a abertura de capital do grupo Pitágoras na BM&F Bovespa, com o nome Kroton Educacional. (CHAVES, CAMARCO e SOUZA, 2023, p. 3).

Desde a publicação da constituição federal em 1988, logo após o fim da ditadura militar, que o projeto de educação, seja o fundamental e médio, como o superior, sofre com a disputa de interesses diferentes. Porém, em 1996, com a aprovação da Lei de diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.939/1996, essa disputa tem se acirrado cada vez mais. Trata-se de uma disputa estabelecida pela ordem do capital, para garantir sua forma de acumulação. A defesa desses dois projetos é elaborada por pontos de vistas contraditórios que compõem a luta em sociedade de classes. De um lado desses projetos, estão os intelectuais que opera suas análises na perspectiva da classe operária. Sugerem a necessidade de uma formação integral dos jovens, com visão revolucionária e defendem esses jovens como sujeitos de suas histórias. Por outro lado, há uma postura que está se tornando cada vez mais ampla na educação não só do Brasil, mas de forma geral em todo o mundo, defendida pelos organismos do capital, como o Banco Mundial, e empresariado voltado para a formação de habilidades e competências que atenda ao mercado de trabalho, esse cada vez mais restrito aos jovens devidas as novas infraestruturas das forças produtivas desenvolvidas pelo capital.

A argumentação principal do grupo de empresários, dão ênfase ao “empreendedorismo”, como foco central da formação. Essa, porém, é uma posição de classe burguesa, que defende a ideia de que o jovem pode construir seu próprio futuro. A exemplo dessas posições estão as reformas nos EUA, como as Escolas Charter<sup>2</sup>, e no Brasil, como está ocorrendo no Paraná<sup>3</sup>.

Todas essas reformas propostas pelo empresariado, trazem uma característica histórica das relações econômicas, baseada nas corporações harmônicas e naturais dessas relações. Nessa proposta, a base de sustentação está de forma articulada, minar, ou desqualificar a qualidade, a operacionalidade e eficiência dos serviços educacionais públicos, em detrimentos dos serviços privados. No entanto, essa harmonia não está constituída em cima de bases históricas e de experiências que o professorado e alunos das escolas públicas constituíram historicamente. Mas sim, fundamentado em uma reflexão frágil e contraditória e imaginária em que o único fundamento real dela, é que o estado deve renunciar sua responsabilidade com a gestão das escolas públicas, transferindo-a para a iniciativa privada. Pois sobre a lógica do neoliberalismo, que se desenvolve no

---

<sup>2</sup> Cf. <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23211/209209218879> > acesso em 06/04/2025.

<sup>3</sup> Cf. <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/frente-ampla/por-que-a-privatizacao-das-escolas-estaduais-no-parana-e-um-erro-licoes-globais/> > Acesso em 06/04/2025.

mundo, a partir dos anos de 1980 e 1990 no Brasil, a gestão empresarial, e não mais a discussão e decisão política pública, deve se constituir as diretrizes das instituições públicas do Estado.

Como exemplos dessa privatização: “Majoritários no Brasil desde os anos 1970, faculdades e centros universitários privados concentram hoje 5,1 milhões dos 7 milhões de matrículas no Ensino Superior”. Um bilhão de reais “foi o preço desembolsado pelo grupo norte-americano Laureate na compra de uma das instituições de Ensino Superior mais cobiçadas do mercado, a paulistana FMU, em agosto de 2013”<sup>4</sup>.

Os reformadores das incorporações que querem promover as reformas privatistas, não levaram em conta a concentração do capital, a divisão social do trabalho e as condições da vida dos assalariados, e todos os processos históricos da economia. Consideram apenas o pressuposto das condições jurídicas realizadas para o bom funcionamento do ‘livre mercado’. Segundo Chaves, 2023, a função de empresas como a Kroton e a Cogna Educação SA, está em prestar serviço de gestão e consultoria às escolas, bem como fornecer material em apostilas, e comercializar livros didáticos das editoras associadas.

Em termos gerais, o segmento Kroton é responsável pelo ensino superior, enquanto o segmento Saber atua por intermédio das escolas de educação básica em todo o país (com as marcas: Colégio Pitágoras; Anglo; PH; CEI etc.) e dos cursos de línguas, com a Red Ballon<sup>4</sup>. Já a Vasta Educação presta serviços de gestão e consultorias às escolas, bem como fornece os sistemas apostilados de ensino (Sistemas Anglo, Ph e Pitágoras) e comercializa os livros didáticos das suas editoras: Ática, Saraiva, Atual e Scipione. (CHAVES, CMARGO e SOUSA, 2023, p. 4).

Essa privatização da educação pelo sistema financeiro, desqualifica a teoria crítica como o materialismo histórico dialético, como forma de interrogar a realidade, pois o idealismo, o positivismo dentre outros métodos defendidos pela classe burguesa, trata a condição social como natural e, não revelam as condições de exploração e exclusão sociais em que se encontra a classe trabalhadora. Além disso, sob tais circunstâncias de privatização negam a escola pública como instituição de ensino responsável por garantir uma ação social, laica, não uma propriedade da esfera econômica e livre do poder do estado. As ações educacionais, nessa perspectiva histórico crítica, estariam voltadas para propostas global de elevação cultural do ser humano e não, somente aos interesses técnicos e tecnológicos da economia, como a formação de investidores.

---

<sup>4</sup> CF. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-negocio-da-educacao/> > acesso em 20/01/2025.

## **Considerações Finais**

Até o momento, os estudos têm se desenvolvido sobre o capítulo 1 de O Capital. O que podemos perceber é que para ser uma mercadoria é necessário que a coisa em si, possua dois valores: o de uso e o de troca. O valor de uso está determinado pelas propriedades do corpo da mercadoria, seja o ferro, o trigo ou o diamante é um valor de uso ou um bem. O valor de troca, é estabelecido entre uma coisa e outra. Por isso seu pressuposto é estabelecido na relação de quantidade de um produto e quantidade de outro. “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo.” (MARX, 2017, p. 114).

No campo da educação, o aspecto que podemos sublinhar é que utilizando a base teórica do materialismo histórico, entendemos que a educação como mercadoria não atende a sua universalidade de formação humana. Pois o dinheiro como equivalente universal, que orienta a troca da educação, como valor de uso, subverte todas as qualidades naturais e humana. Pois quem tem dinheiro poderá trocar por uma mercadoria educacional “melhor”, ou simplesmente corporativa que interessa ao desenvolvimento do capital, e não a formação universal que eleve a capacidade cultural da humanidade. A partir dos estudos de Marx, e da ação concreta da privatização da educação, fica claro a necessidade de resistirmos à transformação da educação como mercadoria, e a defesa de um trabalho coletivo e público da educação para todos. Isso implica potenciar o rigor na produção teórica e seu vínculo concreto com a práxis dos movimentos sociais que tem como objetivo a superação da sociedade de classe. Caso contrário, a educação como mercadoria, implica a valorização da reprodução do capital, e desvalorizará ainda mais a força de trabalho na medida que os custos de aprendizagem ficaram cada vez mais restritos.

## **REFERÊNCIAS**

**ABDELNOUR, Sarah; BERNARD, Sophie.** Rumo ao capitalismo de plataforma? Mobilizar o trabalho, contornar as regulamentações. *The New Labor Review* [online], 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nrt/3797>. Acesso em: 6 abr. 2025.

**CHAVES, Vera Lucia Jacob; CAMARGO, Maria Dayse Henriques de; SOUSA, Leila Maria Costa.** A privatização da educação básica superior em tempos de financeirização: o caso da Cogna Educação. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, v. 13, n. 14, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/127434/88983>. Acesso em: 20 jan. 2025.

**MARX, Karl.** *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

**MARX, Karl.** O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

**MARX, Karl.** Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

**MARX, Karl; ENGELS, Friedrich.** *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

**OLIVERIA, Romualdo Portela de.** A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educ. Soc.* 30 (108) Out 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?lang=pt#> > Acesso em 25/10/2024.

**SAVIANI, Dermeval.** A nova Lei da Educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.